

Débito da União aumenta R\$ 29 bi

BRASÍLIA — A dívida pública interna federal em títulos cresceu R\$ 28,98 bilhões no terceiro trimestre do ano e alcançou R\$ 98,48 bilhões em setembro. A maior parte do aumento da dívida se deveu ao lançamento de títulos, cujos juros fizeram o total aumentar R\$ 7,64 bilhões nos três últimos meses. É bem mais que os R\$ 6 bilhões que o ministro da Saúde, Adib Jatene, pretende arrecadar para o setor, em um ano, através da recriação da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF).

O crescimento astronômico da dívida interna fez a meta de programação monetária do terceiro trimestre ser superada em 11,7%. O objetivo fixado em junho pelo Governo para o trimestre era chegar em setembro com a base monetária ampliada em R\$ 94 bilhões, pelo conceito da média dos saldos diários. O número, porém, chegou a R\$ 105,07 bilhões. A base monetária ampliada inclui o dinheiro em notas e moedas em circulação, as reservas bancárias, os recursos depositados compulsoriamente no Banco Central e parte dos títulos públicos em poder do mercado.

Sem contar as LBCs Série Especial (LBC-E), a dívida mobiliária federal ficou em R\$ 75,11 bilhões em setembro, contra R\$ 48,54 bilhões em junho e R\$ 69,62 bilhões em agosto, com crescimento de R\$ 26,57 bilhões no trimestre. A base monetária propriamente dita, que não inclui compulsórios nem títulos, ficou estável em setembro.

O Governo emitiu R\$ 21,34 bilhões de títulos entre julho e setembro, sendo que apenas R\$ 4,10 bilhões em setembro. A dívida mobiliária interna, porém, cresceu R\$ 6,18 bilhões no mês passado. O custo da dívida, basicamente juros, fez com que o estoque de títulos aumentasse R\$ 2,08 bilhões no mês passado. O principal motivo para a emissão em setembro foi o recolhimento de dinheiro liberado pela redução do compulsório.